

IMPACTOS DA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO SOBRE A VÁRZEA: FUTEBOL AMADOR E DINÂMICA URBANA EM BELO HORIZONTE (ANOS 1950 A 1980)

Raphael Rajão Ribeiro¹

Resumo: O presente artigo objetiva examinar os impactos do processo de metropolização de Belo Horizonte sobre a espacialidade do futebol de várzea na capital mineira. Por meio de fontes de imprensa, documentação oficial, relatos orais e acervos cartográficos pretende-se compreender de que maneira a nova dinâmica urbana decorrente da industrialização e da explosão demográfica da cidade repercutiu na distribuição de campos de jogo ocupados pelos clubes amadoristas. Para tanto, três fenômenos são especialmente importantes: a criação de um eixo de expansão de bairros voltados às classes médias e altas, a incorporação da zona suburbana original à dinâmica da cidade formal e a criação de uma segunda periferia a partir da comercialização de loteamentos não regularizados, conhecidos como bairros clandestinos.

Palavras-chave: Futebol de várzea; metropolização; produção do espaço.

Impactos de la metrópolis en formación sobre la várzea: fútbol amateur y dinámica urbana en Belo Horizonte (décadas de 1950 a 1980)

Resumen: El presente artículo objetiva examinar los impactos del proceso de metropolización de Belo Horizonte sobre la espacialidad del “fútbol de várzea” (fútbol de potrero) en la capital de Minas Gerais. Por medio de fuentes de prensa, documentación oficial, relatos orales y acervos cartográficos pretende-se comprender de qué manera la nueva dinámica urbana resultante de la industrialización y de la explosión demográfica de la ciudad repercutió en la distribución de canchas de juego ocupadas por los clubes amateurs. Para eso, tres fenómenos son especialmente importantes: la creación de un eje de expansión de barrios destinados a las clases medias y altas, la incorporación de la zona suburbana original a la dinámica de la ciudad formal y la creación de una segunda periferia desde la comercialización de terrenos no regularizados, conocidos como barrios clandestinos.

Palabras-clave: “Fútbol de várzea”; metropolización; producción del espacio.

Impacts of the metropolis in formation on várzea: amateur football and urban dynamics in Belo Horizonte (1950s to 1980s)

Abstract: The article aims to examine the impacts of the Belo Horizonte metropolization on the “futebol de várzea” (grassroots football) spatiality in the Minas Gerais capital city. Using press records, official documents, oral interviews and cartographic archives, the paper intend to understand how the new urban dynamic caused by industrialization and demographic explosion reflect in the distribution of the pitches occupied by the amateurs football clubs. For this purpose, three phenomena are specially importants: the creation of a neighborhood expansion axis destined to middle and higher classes, the incorporation of the original suburban area to the formal city dynamic and the conformation of a second periphery from the commercialization of non-regulated allotments, known as clandestine neighborhoods.

¹ Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Jaguaribe. Email: raprajao@gmail.com

Keywords: “Futebol de várzea”; metropolization; space production.

Introdução

Este artigo tem por objetivo explorar as conexões entre as transformações da dinâmica urbana e a conformação de uma espacialidade do futebol de várzea em Belo Horizonte. A constituição de uma vertente popular da modalidade nas cidades brasileiras pode ser investigada sob os mais diferentes aspectos, dialogando com questões próprias da história do esporte, mas também conectadas a reflexões de outras áreas. No presente texto, a opção é por uma aproximação com a história urbana e a reflexão sobre o processo de metropolização, em especial a reconfiguração territorial observada na capital mineira entre os anos 1950 e 1970.

Entende-se que a compreensão da dinâmica estabelecida nesse momento é fundamental para a explicação da configuração espacial do futebol de várzea na Belo Horizonte atual. Defende-se a perspectiva de que as mudanças vivenciadas na passagem da segunda metade do século XX representam uma virada na lógica de ocupação do tecido urbano, com o abandono dos pressupostos do plano urbanístico pensado para o município quando de sua construção no fim do século XIX e a emergência de uma dinâmica própria do contexto metropolitano. Tratou-se de um período de industrialização da cidade e de explosão demográfica, com novas necessidades de produção do espaço.

Como parte desse processo, identificam-se três fenômenos relevantes para a análise que se pretende conduzir. O primeiro refere-se à implantação de um eixo de expansão em direção ao sul do município que, articulado ao núcleo urbano inicial, passava a se destinar às moradias das classes médias e altas, propondo novos estilos de vida. O segundo implica na progressiva integração da zona suburbana original e das vilas operárias, criadas ainda nas décadas iniciais da cidade, à área urbana formal. O terceiro e último, trata-se da constituição de uma nova periferia na capital mineira, com características muito diversas da porção suburbana, originada da comercialização de loteamentos não aprovados, a qual, ao lado das favelas, será responsável pela incorporação da população trabalhadora da metrópole emergente.

Pretende-se demonstrar que enquanto nas duas primeiras áreas observou-se uma progressiva rarefação dos campos de várzea, na terceira, oportunidades foram criadas para a sua expansão. Para tanto, será necessário compreender de que forma os modos de vida propostos e as condições de produção do espaço eram capazes de acolher a prática do futebol popular.

Para desenvolver a análise proposta foram utilizadas fontes históricas diversas que, à sua maneira, propiciassem evidências para compreender diferentes facetas do processo. Para garantir uma visão panorâmica da transformação espacial, lançou-se mão da série de levantamentos aerofotogramétricos produzidos nos anos de 1953, 1967, 1981 e 1989. A partir deles se realizou a identificação das áreas utilizadas como campos de várzea, tomando por bases suas

características físicas. Dados que foram posteriormente processados e cruzados com outras bases georeferenciadas.

Ademais, lançou-se mão de fontes de imprensa, em especial o jornal *Diário da Tarde*, que tinha por característica uma cobertura mais centrada no cotidiano da cidade, com temas que iam dos problemas dos bairros ao futebol de várzea; de relatos orais de veteranos integrantes de diferentes clubes amadoristas e de fontes oficiais, a exemplo de relatórios de gestão e legislação municipal. A partir desse material buscou-se, portanto, examinar de que forma a produção dos espaços de jogo varzeanos relacionou com as transformações urbanas de um dos momentos definidores da configuração do tecido urbano belo-horizontino durante a sua conversão em núcleo metropolitano.

Um estilo moderno de morar

A segregação sócio-espacial é um aspecto marcante da estruturação urbana de Belo Horizonte desde a sua construção. As exigências impostas à ocupação do perímetro urbano, com estabelecimento de padrões de edificação e cobrança de taxas, implicaram, ainda em seus primeiros anos, no afastamento das classes trabalhadoras da região central, com o conseqüente crescimento dos bairros suburbanos². A explosão demográfica vivenciada na década de 1950 e a reconfiguração pela qual a capital mineira passou nos anos 1960 e 1970 reiteraram essa separação que assumia nova dinâmica. Foi o que apontaram duas reportagens do *Diário da Tarde*, jornal vespertino pertencente aos *Diários Associados*, que, com perfil mais popular, dedicado ao cotidiano local, era, à época, o segundo mais lido da cidade:

Em relação à zona norte, a zona sul da cidade é uma região privilegiada: tem luz de mercúrio, asfalto, ruas retas, sinais luminosos, rede de água e de esgotos. E todos os técnicos em planejamento municipal só projetam obras para essa região, apesar dela conter apenas 25% do total da população de Belo Horizonte. Em todos os países do mundo é assim mesmo: só as regiões do sul das cidades é que progridem. É um fenômeno natural. Mas, veja aqui como está a nossa zona sul, a região que vai do São Lucas à Barroca, passando pelo Sion e o Santo Antônio.

O fenômeno é mundial: em todas as grandes cidades, a zona sul é sempre privilegiada, tem melhores serviços, é melhor atendida, progride e se valoriza mais. Em Belo Horizonte, a situação se repete, e a nossa zona sul é realmente a região da cidade que mais se valoriza, que tem tudo de melhor, inclusive água, luz, telefone, asfalto, táxis, boa rede de esgotos, escolas. Essa nossa zona sul vai do São Lucas até a Barroca, passando pela Serra, Cruzeiro, Anchieta, Carmo, Sion, Santo Antônio, Funcionários, Santo Agostinho, Barroca e adjacências.³

² Cf. AGUIAR, 2006.

³ ZONA SUL: TAMBÉM EM BH TEM SEUS PRIVILÉGIOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de agosto de 1971.

No dia seguinte a essa matéria, o jornal publicava o contraponto que dizia:

Na zona norte, falta tudo. Não há táxis, não há ruas bem asfaltadas, a rede de água e de esgotos é ruim e estragada, há filetes de águas poluídas de esgoto escorrendo pelas ruas, os bairros são feios. A rua Jacuí, por ter cinco quilômetros de extensão, reúne todos os problemas de todos os bairros da zona norte e, por isso, ela serve de ponto de referência para tudo de ruim que temos na cidade. Em alguns pontos, ela nem passeios para pedestres tem, forçando os moradores, inclusive as crianças, a andarem em plena rua, com risco de vida. Mas há uma característica na zona norte que a região sul não consegue imitar: há muitos meninos e muitos cachorros.⁴

Se até meados do século XX, a divisão mais comum da cidade, ao se fazerem comparativos sobre as condições de infraestrutura e de vida da população, era entre a área urbana e a suburbana, com o passar do tempo, ganhava força a ideia de uma zona sul privilegiada, que abrigava as classes médias e altas e proporcionava confortos e facilidades não vistos em outras regiões da capital mineira. Tal discurso era especialmente fomentado pelo mercado imobiliário, interessado na valorização da terra e dos empreendimentos que se desenvolviam ali. Outro formato de bairro vinha sendo criado em Belo Horizonte. Beneficiados por obras públicas, aqueles locais apresentavam uma nova perspectiva de se vivenciar a cidade, na qual prevaleciam recém-edificados prédios de apartamentos. Eles se distinguiam do antigo perfil suburbano, com suas casas autoconstruídas e crianças e cachorros pelas ruas.

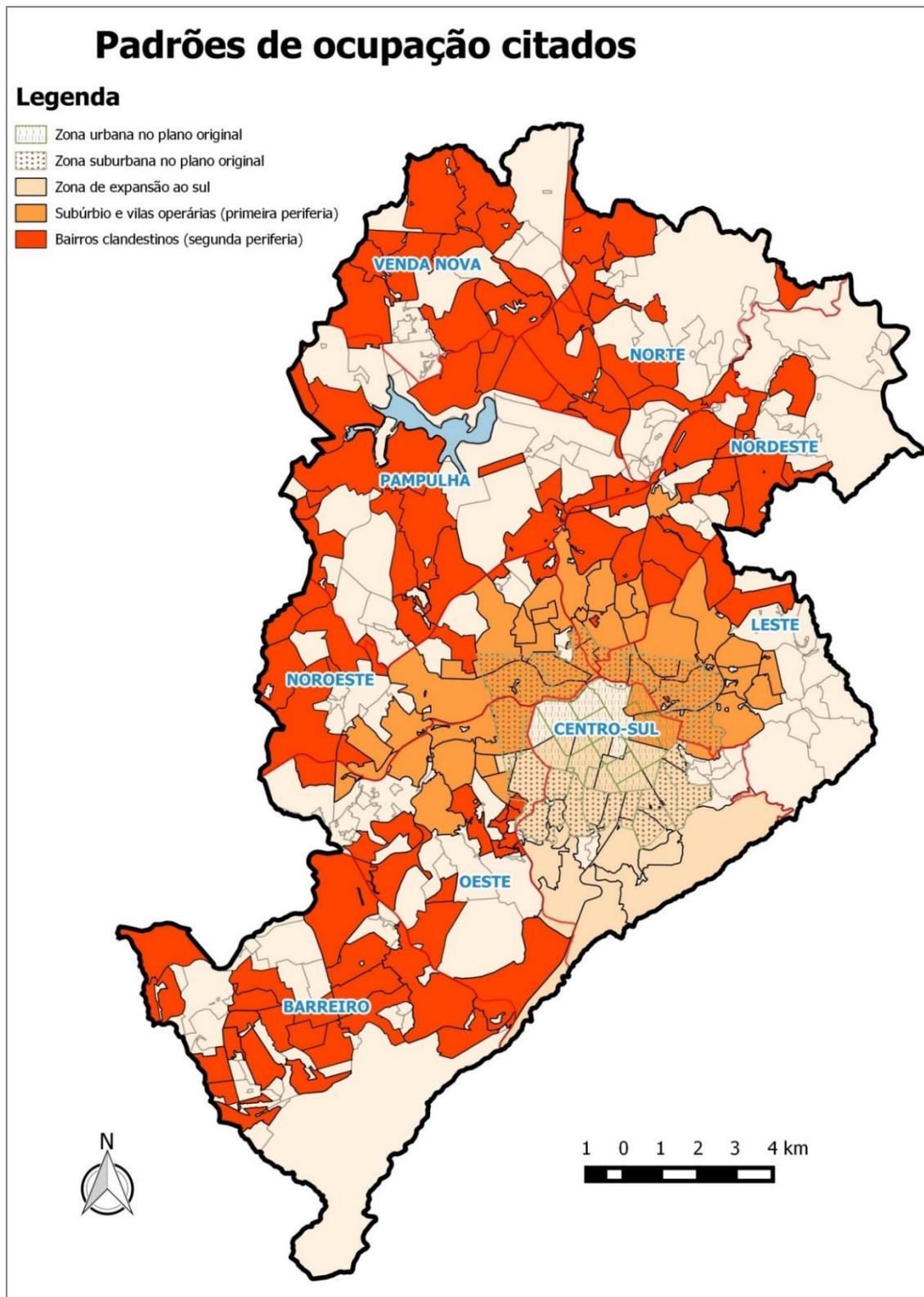
A porção sul da nova capital representava o vetor com menores possibilidades de expansão do município. Cercada pelo maciço da Serra do Curral, permitia o avanço de poucos quilômetros para além da região central de Belo Horizonte, na qual se estabeleceu o perímetro urbano da capital mineira. Com uma topografia difícil, de perfil íngreme, abrigou, nas primeiras décadas do século XX, principalmente, chácaras e pequenas manufaturas, tais como cerâmicas e olarias. No desenvolvimento inicial da cidade, foi a região com menor densidade demográfica⁵.

Com a intensificação das atividades econômicas da capital mineira, em meados do século XX, a região seria o alvo preferencial para os investimentos imobiliários. Nos anos 1950, anunciava-se a “valorização fabulosa com a ‘corrida’ pelos terrenos da zona sul”⁶. Ali, veja o mapa a seguir, uma nova tendência se afirmava, com a produção de prédios de apartamentos, repercutindo um estilo de vida que se consolidava na cidade.

⁴ BH, ZONA NORTE – Aqui, os problemas são muitos (e a maioria não tem solução). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 31 de agosto de 1971.

⁵ Cf. Arreguy; Ribeiro (2008a).

⁶ BELO HORIZONTE: FENÔMENO IMOBILIÁRIO! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 7 de julho de 1954.



Mapa 1 – Padrões de ocupação citados sobre mapa atual do município, bairros selecionados. Fonte: PRODABEL e legislação municipal. Elaboração do autor.

Na área central de Belo Horizonte, a criação de arranha-céus comerciais passaria, desde os anos 1940, a conviver com a construção de grandes edifícios para fins residenciais, especialmente voltados às classes mais altas. Essa tendência era semelhante à verificada em São Paulo, no mesmo período, impulsionada pelo congelamento dos aluguéis imposto pela lei do inquilinato⁷. Em 1958, a empresa do construtor local Wady Simão anunciava que, nos últimos 15 anos de atividades, havia construído mais de duas dezenas de prédios apenas no Centro da capital mineira, totalizando mais de 3.000 unidades habitacionais produzidas⁸.

A difusão dos apartamentos entre as classes médias e altas era associada a um novo estilo de vida, moderno e condizente com a metrópole e, ao mesmo tempo, distintivo em relação às formas de vida nos bairros suburbanos da capital mineira. A aquisição de uma unidade residencial na área central da cidade era propagandeada como bom investimento, que permitia o usufruto das facilidades e dos confortos disponíveis apenas àqueles que habitavam a região mais estruturada e concentradora dos serviços. Tais ideias permeavam os anúncios imobiliários, a exemplo do reproduzido abaixo:

luxo, conforto, distinção...

Na mais bela paisagem da cidade, no centro geométrico de Belo Horizonte - praça Raul Soares, a mais bela praça do Brasil, vai se erguer o mais luxuoso e moderno conjunto de apartamentos da capital: Edifício Paula Ferreira. Aliando ao seu conjunto arquitetônico de rara beleza, um acabamento de luxo, o Edifício Paula Ferreira apresenta ainda a sensacional novidade: apartamentos Duplex. Estude o senhor, também estas vantagens e... de a família o melhor presente de Natal!

edifício PAULA FERREIRA APARTAMENTOS DE LUXO

ESTUDE ESTES DETALHES

- Belíssima fachada, toda em materiais
- Cinco elevadores
- Apartamentos de 91 a 260m²
- Distribuição funcional das peças
- Pintura a óleo
- Localização excepcional
- Entrada em 30 séries
- 1 QUARTOS
- AMPLO LIVING
- COPA
- COZINHA
- INST. E DEMAIS DEPENDÊNCIAS
- PREÇOS DESDE

573.000

pagamento gradamente facilitado.

APARTAMENTO DUPLEX
Esta maravilhosa criação da funcional arquitetura moderna está magistralmente apresentada na Ed. Paula Ferreira. Área de 176m², com superior acabamento.

LOCALIZAÇÃO
Aí está a excepcional localização do Ed. Paula Ferreira: Praça Raul Soares, entre o cine Candelária e Confeitaria Marzucco.

AV. RIAS FORTES
AV. RIAS FORTES
AV. RIAS FORTES

CONSTRUÇÃO, INCORPORAÇÃO E VENDAS
Tecnoconstrutora Ltda
RUA CURITIBA, 705 - 7.º ANDAR - FONE 4-6911

Figura 1 – Anúncio Edifício Paula Ferreira, 1956. Fonte: *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 3º caderno, 12 de dezembro de 1956.

⁷ Bonduki (1998, p. 251).

⁸ Dentro da grande metrópole, há uma cidade nossa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de outubro de 1958.

O anúncio traz em destaque a representação do casal que, pelos trajes, remete às classes altas e médias. À sua frente se projeta o alvo do desejo dos compradores: o croqui do edifício de linhas modernistas. O texto remete a aspectos de distinção social a partir da aquisição do imóvel, ideia reforçada por um brasão com as iniciais do nome do empreendimento, posicionado no canto direito, ao alto. A localização é ressaltada, com a indicação da situação do prédio em relação à praça. Da mesma forma, um pequeno desenho apresenta o conceito do apartamento duplex. Por fim, o texto reitera todas as vantagens da compra de uma unidade no edifício, sugerindo a possibilidade de o chefe de família garantir um ótimo presente de natal para a mulher e os filhos.

Em finais dos anos 1950, o modelo de empreendimento imobiliário que se consolidava na área central da cidade orientava a expansão rumo à zona sul. Com a produção de edifícios que, normalmente, tinham menos pavimentos em relação ao Centro, sem elevadores, o apartamento emergia como forma de habitação das classes médias belo-horizontinas⁹. A comercialização dos imóveis e a venda de um dado estilo de vida passavam pela afirmação de um novo perfil de bairro que se diferenciava das demais áreas que circundavam o perímetro urbano¹⁰.

Para essa distinção corroborava a implantação de uma infraestrutura citadina mais qualificada, com investimentos regulares do poder público nessas áreas. Como citado na reportagem do início deste artigo: “todos os técnicos em planejamento municipal só projetam obras para essa região”¹¹. Tais vantagens urbanísticas e paisagísticas ajudaram a consolidar os bairros da porção sul da cidade como locais para expansão de moradias das classes altas e médias, percepção expressa nos próprios anúncios, como o destacado a seguir.



Figura 2 – Anúncio Edifício “Renato Boschi”, 1961. Fonte: *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 4 de dezembro de 1961.

⁹ Fenômeno similar é notado para o caso de São Paulo. Cf. CALDEIRA, 2000, p. 224.

¹⁰ Outro modelo de moradia das classes médias e altas que ganhou força na capital, na segunda metade do século XX, foram os condomínios mais afastados, integrados a áreas verdes. Cf. Duarte (2014).

¹¹ ZONA SUL: TAMBÉM EM BH TEM SEUS PRIVILÉGIOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de agosto de 1971.

O anúncio do edifício traz em destaque o nome do bairro: Gutierrez¹², qualificado como “o mais moderno e aristocrata (...) da capital”. Compreendido como integrante da zona sul, que se estenderia até o vizinho Barroca, o local tinha como vantagens, a proximidade da área central, a boa oferta de água e a facilidade de circulação, pelas muitas opções de transporte. A dependência de empregada informava sobre o estilo de vida esperado dos moradores. Da mesma forma, o *playground* prevenia a presença de cachorros e crianças pelas ruas.

O destaque dado aos nomes dos bairros era estratégia recorrente entre as imobiliárias na produção de seus anúncios. O reconhecimento alcançado por essas regiões as tornava áreas preferenciais para investimentos imobiliários. Como indicavam os anúncios, à modernidade representada pelos edifícios, associava-se a localização privilegiada e a praticidade do apartamento como forma de habitação. Elementos destacados pelas presenças dos croquis das fachadas, das plantas baixas dos imóveis e dos mapas de situação do empreendimento.

A ideia de um estilo de vida distintivo implicava no conflito com formas tradicionais de ocupação do espaço, a exemplo daquela representada pelos campos varzeanos. Já em meados dos anos 1950, tal contradição era destacada em matéria do Diário da Tarde:

O quarteirão em frente ao quartel do 6º Batalhão da Polícia Militar, situado no confortável bairro de Santo Antonio, pertence ao patrimônio estadual.

Transformado em campo de futebol franqueado ao público, dali se desprendem cessadas as chuvas, como está acontecendo presentemente, sucessivas ondas de poeira, cobrindo externa e internamente as residências vizinhas, para não se falar nas vidraças que frequentemente são partidas com as bolas extraviadas do malsinado campo. (...)

Não se justifica, realmente, tamanho abuso em zona urbana de uma bela e confortável capital como a nossa. Segundo informações que nos foram dadas providencias da Secretaria de Viação no sentido de atender às justas reclamações dos prejudicados, já foram esboçadas, mas até hoje, nada se fez “in-loco”, para acabar com um fato que se tornou o suplicio de centenas de famílias num dos mais elegantes bairros da cidade.¹³

Já na metade do século XX, eram formulados discursos sobre a inadequação de campos de terra em bairros “elegantes” e “confortáveis” – termos similares aos usados nos anúncios –, como seria o caso do Santo

¹² O Gutierrez, na 3ª seção suburbana do plano da nova capital, teve loteamentos aprovados desde os anos 1920. Sua ocupação se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, a partir da canalização do Córrego dos Pintos, para a abertura da Avenida Francisco Sá, e da construção da Praça Leonardo Gutierrez. Cf. Ribeiro (2011).

¹³ Suplicio para as famílias. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 19 de maio de 1949.

Antônio¹⁴. Demandando extensos terrenos, os espaços de jogo das agremiações varzeanas acabavam por concorrer com a crescente pressão do mercado imobiliário, interessado em lotes na zona sul da cidade. Esse era o caso do Eldorado, agremiação do Santo Antônio que, apesar de ativa, com mais de 350 sócios¹⁵, não possuía campo, utilizando-se do espaço de jogo do Amazonas¹⁶, clube do bairro vizinho Coração de Jesus¹⁷, o qual se aproveitava de áreas disponíveis, às margens do Córrego do Leitão, para manter sua cancha.

Tal como o Eldorado, outro clube da zona sul, o Nacional, do Carmo¹⁸, foi precocemente atingido pela pressão por terrenos. O memorialista do clube, Lineu Ruas, comenta o fato:

(...) O bairro do Carmo foi crescendo e a especulação imobiliária fechando o cerco, por isso fomos retirados do campo das mangueiras. Hoje Praça Nova York. Mas graças ao bom Deus, com a ajuda de pessoas humanas e amantes do futebol e políticos, conseguimos um terreno na BR3, hoje chamada 040, em frente ao BH Shopping. Ficou eternamente batizado de campo do Nacional na Lagoa Seca.¹⁹

Formado no bairro do Carmo, nos anos 1940, o Nacional desde o início teve dificuldades para conseguir um espaço de jogo. O primeiro campo foi instalado no bairro vizinho do Sion²⁰, no que depois veio a ser a Praça Nova York. Já na década de 1950, a área foi perdida, com o avanço da urbanização e transferida para a distante região da Lagoa Seca, na saída para o Rio de Janeiro, na BR 3, a quilômetros do reduto original da agremiação. Em 1970, o clube cogitou regularizar a doação do terreno, onde construiria um pequeno estádio, o que nunca se efetivou. Como foi comentado à época: “O Nacional sempre quis ter a sua praça de esportes e agora está otimista”²¹.

Já em meados da década de 1950, a existência de campos de várzea na zona sul da cidade era uma raridade. Tal presença se dava,

¹⁴ Parte da 2ª seção suburbana e da Colônia Agrícola Afonso Pena, o Santo Antônio abrigava o principal reservatório de água da cidade. Seu povoamento intensificou-se já na década de 1930, como desdobramento da urbanização do bairro de Lourdes, acelerando-se na metade do século XX. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008a).

¹⁵ Cf. OS CAMPOS DEVEM SER CONSTRUÍDOS NOS BAIRROS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 2ª edição, 28 de abril de 1958.

¹⁶ Cf. 24 ANOS DE EXISTÊNCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 2ª edição, 23 de janeiro de 1961.

¹⁷ O Coração de Jesus foi por muito tempo ocupado por chácaras integrantes da ex-Colônia Agrícola Afonso Pena, que se estendia pelo vale do Córrego do Leitão. Sua urbanização se intensificou com a criação do bairro Cidade Jardim, em meados do século XX, e a construção da Avenida Prudente de Moraes nos anos 1970. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008a).

¹⁸ O Carmo origina-se da 2ª seção suburbana. Os terrenos suburbanos foram divididos paulatinamente desde os anos 1910. Desde meados do século XX, sua ocupação se acelerou, impulsionada pela construção da Avenida Nossa Senhora do Carmo e da Rua Grão Mogol. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008a).

¹⁹ Ruas [200-?, p. 65).

²⁰ Situado no vale do Córrego do Acaba Mundo, o Sion foi povoado a partir dos anos 1940. Sua urbanização se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, com a canalização do Acaba Mundo e a criação das Avenidas Nossa Senhora do Carmo e Uruguai (Arreguy; Ribeiro, 2008a).

²¹ O DFA está exigindo a carteira profissional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 9 de abril de 1970.

essencialmente, nas proximidades de ocupações irregulares que avançavam sobre os terrenos mais íngremes da área, como era o campo do Montanhês, na entrada da Vila Estrela, na parte mais alta do bairro São Pedro²². Ou do já citado Amazonas, que aproveitava as margens ainda não urbanizadas do Córrego do Leitão.

Assim como os campos de várzea, outras formas de presença popular disputavam o espaço com o processo de elitização que atingia a região sul da cidade. Era o caso de favelas como a do Pindura Saia, no alto da Avenida Afonso Pena; do Acaba Mundo, na cabeceira do córrego de mesmo nome, no Sion; Morro do Querosene, em área destinada à Avenida Raja Gabaglia; da Barragem Santa Lúcia, no início do Córrego do Leitão; e da Prudente de Moraes, ao longo daquele mesmo curso d'água. Tais áreas eram encaradas como os principais empecilhos ao avanço de uma urbanização da zona sul voltada às classes médias e altas.

Não por acaso, as ações da Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), responsável pelas políticas de remoções de favelas, incidiram, logo em seus anos iniciais de existência, sobre as áreas citadas. O desfavelamento – termo utilizado à época – permitiu, na primeira metade dos anos 1970, a implantação das avenidas Prudente de Moraes, Raja Gabaglia e Uruguai, eixos importantes para a expansão rumo às áreas ainda disponíveis ao sul, além da implantação de equipamentos urbanos como o Mercado Distrital do Cruzeiro, no alto da Avenida Afonso Pena, e as barragens do Córrego do Leitão e do Córrego do Acaba Mundo²³.

A reestruturação permitida pelas remoções de favelas²⁴ seguidas de obras públicas criou condições para novo avanço do mercado imobiliário sobre a zona sul. A construção das duas barragens contribuía para a valorização da terra, com a promessa de duas “mini pampulhas” que contariam com “urbanização e humanização da área, com a preparação de gramados e área destinada a brincadeiras de crianças.”²⁵ O Sion e o conjunto de bairros formados ao longo da Avenida Prudente de Moraes e no entorno da Barragem Santa Lúcia abrigaram nova leva de edifícios, cujos anúncios reforçavam a distinção da região, como se vê nos exemplos abaixo.

²² O São Pedro origina-se de parte da 2ª seção suburbana da nova capital e assumiu um perfil de classe média. Na sua parte mais alta, forma-se a Vila Estrela, ocupação irregular com população pobre e predominantemente negra. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008a).

²³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório do exercício de 1975*, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, 1976, p. 293-294. Parte das áreas alvo de remoções foi doada a clubes esportivos privados, como Minas Tênis e Ginástico, e a entidades de classe, como a OAB-MG. Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

²⁴ Sobre a segregação espacial em Belo Horizonte, cf. Silva (2018).

²⁵ Mini pampulhas estão ainda em projetos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 12 de outubro de 1973.

D. ROCHESTER SION
Rua Rubim, 36

Um bairro elegante, numa rua tranquila (Rua Rubim, 36) para pessoas de muito bom gosto. Prédio recuado, jardins, local tranquilo e nobre. Vista definitiva, maravilhosa, para grande área verde e a cidade. Hall social nobre e acadêmicas em mármore, interfone, elevador, vidros pro-sol, gás canalizado. Apartamentos de 4 quartos com armários, 3 salas, 3 banhos luxuosamente decorados, armários nos corredores, copa-cozinha, piso em mármore, garagens amplas para duas vagas.

Preços a partir de Cr\$ 4.95.000,00 com Cr\$ 55.000,00 de sinal e restante facilitados.

CONSTRUTORA FERRO ROCHA CRECI 317
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

SERRA-FUNCIÓNARIOS ALTO LUXO
RUA ESTÁÇÃO PINTO, 157 PRONTOS

EDIFÍCIO SOLAR do CLAUDIO

- 4 quartos com armários em suspiro + 3 amplas salas em lindas covinhas com armários em trilho e varandas em vidro 2 lindas + cozinha e área de serviço em azulejos decorados + dependências para 2 empregadas com armários
- garagem coberta para 2 carros (individuais) + prédio com interfone + elevador + hall social luxuosamente decorado + varandas vista definitiva da cidade + ar condicionado + intercom + gás canalizado

Preço a partir de 650.000,00

com Alceu Gontijo Sinal 140.000,00
3 Alceu Gontijo A combinar 250.000,00
Pela financeira 250.000,00

Venda exclusiva: Prédio no local

MAKRO
CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA
Rua Alagoas, 600
Fones: 224.8416 / 224.8000

ASSOCIADA AO CÍRCULO DOS SINDICANTES DE EMPRESAS IMOBILIÁRIAS

A Nobreza vai morar no Sion

No bairro nobre da cidade o requinte colonial, em estilo marcante. Luxo e elegância de morar bem. Prédio revestido com pedra sabão em artísticas acabamentos. Jardine, portaria fechada, portaria eletrônica, hall social nobre, interfone, elevador, playground, garagem com piso em pedra sabão, para 2 carros. Gás canalizado, vidros de cristal. Corredores com papel de parede. Muito mais que isto o Ed. Maria Norma tem: belíssima piscina e sauna privativas de seus proprietários. Um clube para seus moradores a alegria de seus filhos.

Ed. Maria Norma
Rua Plum- 1283

Luxuosos apartamentos com varandas e de portas almeçadas. 4 quartos com armários, 3 salas com piso de tábuas corrida, 2 lindos banhos sociais decorados.

Ar-condicionado e cofre em todos os apartamentos. Cozinha com ampla dispensa. Todo conforto e espaço necessários para uma decoração de fino gosto.

Preços a partir de Cr\$ 520.000,00
Sinal de Cr\$ 78.000,00 - facilitados Cr\$ 78.000,00
Saldo mensal Cr\$ 4.225,77

Lançamento de **ULISSES IMÓVEIS** CRECI 317
Rua da Bahia, 1470
Fones: 224.7949 e 224.5022

Figura 3 – Anúncios edifícios no Sion e no Serra, 1975. Fonte: *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 21 de abril de 1975.

A canalização de cursos d'água e a urbanização da região, ao longo dos anos 1960 e 1970, implicou no desaparecimento de mais campos na zona sul. O avanço das obras públicas e dos empreendimentos imobiliários extinguiu os poucos espaços varzeanos que ainda conviviam com os bairros de classe média daquela parte da capital mineira. Tais áreas sobreviveram apenas integradas às favelas que, tais como elas, persistiam como presenças incômodas a um estilo de vida que não pressupunha compartilhar a porção sul de Belo Horizonte com populações trabalhadoras, pobres e, em sua maioria, negras²⁶. Para aquela região, outra forma de experimentação do futebol se apresentava, conciliando o gosto pelo jogo com novos modos de habitar a cidade.

Um futebol para um novo modo de vida

A conformação de bairros para as classes altas e médias baseada na construção de prédios de apartamentos, na urbanização dos leitos de cursos d'água e na remoção de ocupações irregulares implicava na afirmação de novas formas de se experimentar o espaço da cidade. Nela, modos de organização comunitária consolidados entre as classes populares belo-horizontinas ao longo da primeira metade do século XX perdiam espaço. A tendência à socialização em espaços privativos, seja nos *playgrounds* dos edifícios ou em clubes recreativos e esportivos fechados, era um dos elementos marcantes desse novo estilo de vida. A prevalência do trânsito de veículos e a pressão imobiliária conflitavam

²⁶ Cf. PEREIRA, 2019.

com a ocupação espontânea das vias para jogos e brincadeiras, assim como com a existência de extensos campos varzeanos. Parques e praças públicas, cuidadosamente desenhados, tornavam-se as únicas áreas de encontro ao ar livre.

Não por acaso, na zona sul da cidade, proliferavam clubes recreativos privados, em número equivalente apenas à rede criada em outra parte da capital mineira igualmente destinada às classes altas e médias, a Pampulha. A presença desses espaços era, inclusive, estimulada pelo poder público municipal, integrando as ações de qualificação dos bairros. No início da década de 1970, em meio à remoção de duas favelas no alto da Avenida Afonso Pena, a Pindura Saia e a Pombal, parte das áreas das ocupações irregulares foi convertida em doação para a construção de dependências, respectivamente, do Esporte Clube Ginástico e do Minas Tênis Clube²⁷.

Foi dentro dos clubes recreativos e esportivos privados que a experimentação de outro modelo de prática do futebol se iniciou, como destacou a reportagem do *Diário da Tarde*.

Os círculos esportivos da Capital estão entusiasmados com a iniciativa dos associados do Iate Clube, que pretendem implantar aqui o aristocrático esporte denominado no Rio, Futebol de Salão, onde é regularmente praticado há mais de 15 anos. Os iatinos, tendo à frente a figura dinâmica de Sandoval Azevedo Filho diretor daquela agremiação, acabam de solicitar à Diretoria seja criado (*sic*) imediatamente o Departamento de Futebol de Salão, contando já com o apoio de vários diretores. (...)

Em nossa capital o Futebol de Salão surgiu em 1943, quando era praticado diariamente pelos ex-remadores do Iate, chegando a tornar-se verdadeiro vício, a ponto de se dizer que o remo era um pretexto para a “pelada”. (...)

A pelada até pouco tempo não tinha regras, era autêntico “vale-tudo”, alegre e divertido sem que a rudeza e virilidade das jogadas chegasse a contundir seriamente os participantes, sendo maior o barulho do que o efeito.

Os diretores de diversos clubes da Capital apoiam entusiasmadamente a iniciativa do Iate, prometendo seguir-lhe o exemplo o quanto antes. Assim é que ouvimos a palavra de Lauro Gentil, diretor de futebol do América; Otto Nogueira e Antenor Horta, do Minas, Zé Luiz Azevedo, do Ginástico, e outros.²⁸

A notícia aponta para a estruturação da prática do futebol de salão que, havia anos, era praticada de forma descontinuada e não institucionalizada dentro dos clubes esportivos e recreativos privados da cidade, notadamente no Iate Clube. Em meados dos anos 1950, a prática começava a se estruturar, animando a incorporação por outras agremiações similares, como o Minas e o Ginástico. Como ressaltou outra nota do *Diário da Tarde*:

²⁷ Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

²⁸ FUTEBOL DE SALÃO, O NOVO ESPORTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 8 de outubro de 1954.

Futebol de Salão (só o nome, pois tem butinada do principio ao fim) joga-se na quadra de basquetebol, sendo 5 jogadores de cada lado, as chuteiras são substituídas por tenis e quedes, não valendo “goal” de dentro da área e a bola é cheia de cortiça.

Apesar de ser um esporte “enfant” entre nós, já posso apontar grandes ases desse salutar jogo, que aos sábados aperfeiçoam suas qualidades técnicas na quadra do Iate, na Pampulha.²⁹

A apropriação de quadras de basquete para a prática do futebol de salão possibilitava uma adequação da experimentação da modalidade a um contexto de desaparecimento de campos varzeanos. Possível em lugares como clubes esportivos e recreativos privados, instalações escolares, ou mesmo em áreas comuns de edifícios, a nova atividade atlética adaptava-se ao estilo de vida e a uma economia dos espaços próprios dos bairros para as classes altas e médias³⁰.

Essa nova forma de experimentação da cidade também se difundia nos bairros suburbanos e vilas operárias, representativos da primeira periferia da capital (vide mapa 1). Ainda que sua paisagem fosse pouco impactada pela proliferação dos prédios de apartamentos, o avanço da urbanização, com a abertura e a pavimentação das vias, conflitava com as possibilidades de ocupação das ruas, inclusive para a prática do futebol. Espaços de circulação povoados por crianças e cachorros afrontavam o tráfego de automóveis.

Nessa perspectiva, há muito o futebol de rua era condenado como prática a ser erradicada, pois complicava o fluxo de trânsito, gerava incômodos aos vizinhos, além de expor jovens e crianças aos riscos de um atropelamento. Na mesma medida, o avanço da urbanização pelos subúrbios tinha, por consequência, o desaparecimento sistemático dos campos de várzea, espaços que poderiam abrigar as peladas infantis, afastando o inconveniente e a ameaça do jogo de bola nas vias de circulação. O advento do futebol de salão também serviria para contornar a questão, como apontou reportagem do *Diário da Tarde*:

E aquelas peladas de rua que enchiam a vida da criançada de ontem e que atormentavam a vida dos motoristas de lotação? Onde elas estão sendo jogadas? Para onde foram os craques que desfilavam nas ruas esburacadas o seu futebol de arte e que faziam de duas pedras maiores a sua trave imaginária? Será que o futebol de salão acabou com tudo isso? (...)

Para Afonso Paulino, da Diretoria de Esportes, a entidade que fez multiplicar os campos de futebol de salão pela cidade, o fim da pelada de rua pode não ser explicado totalmente por aquela multiplicação, mas 50% dos “meninos que antes corriam o risco

²⁹ ROCHA, AUGUSTO. Bolim Bolacho. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 30 de outubro de 1954.

³⁰ Devo o exame da relação entre a emergência do futebol de salão e os novos padrões de bairros a uma dica de Arlei Damo.

de sofrer atropelamento correndo atrás da bola na rua, hoje estão protegidos pelo campo de futebol de salão”.³¹

Em fins dos anos 1960, quando o futebol de salão já se difundira na cidade, a ação da Diretoria de Esportes de construção de quadras voltadas à modalidade pelos bairros era apontada pelo seu dirigente como ação que contribuía para a erradicação dos bate-bolas pelas ruas. O futebol de salão representava a saída possível para a experimentação do jogo de bola no contexto dos bairros das classes altas e médias, bem como na primeira periferia da capital mineira, onde os campos varzeanos escasseavam. Dentre as agremiações amadoristas da cidade, sua prática não seria negligenciada. Nessa medida, não tardou para que o novo formato fosse incorporado, inclusive com a construção de espaços próprios, como fez o Pitangui, da Lagoinha³², em 1968, quando promovia melhorias em suas dependências³³.

Estas duas primeiras seções trataram apenas das transformações dos bairros que cada vez mais se afastavam de uma forma de ocupação que fosse capaz de incorporar o futebol amador e seus espaços de jogo. Seria o fim da várzea em Belo Horizonte? Cabe, pois, examinar, a partir daqui, as possibilidades de constituição de novos campos e identificar quais contextos sociais e territoriais abriam possibilidades para a o estabelecimento de novas áreas para os clubes. Em certa medida, a presença desses equipamentos esportivos era reveladora de um perfil específico de apropriação do tecido urbano e, progressivamente, se conectava a ele.

A cidade clandestina

Ao dividir a cidade em duas partes, zona sul e zona norte, o par de reportagens do *Diário da Tarde*, citado no início do artigo, elencava os bairros que integrariam a porção menos prestigiada da cidade:

Aqui, a zona norte é formada pelos bairros que vão de Santa Efigênia ao Calafate, passando por Santa Tereza, Floresta, Hórto, Renascença, Bairro da Graça, Concórdia, Lagoinha, Cachoeirinha, Santo André, Carlos Prates, Pedro II, e seus vizinhos. A única exceção nessa região é a Pampulha, que tem seus próprios problemas e tem também solução para todos eles. (...)

³¹ Acabaram as peladas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 2º caderno, 17 de março de 1969.

³² A Lagoinha é um dos bairros de ocupação mais precoce na nova capital mineira. Integrante da Sexta Seção Suburbana, na divisão proposta pelo plano original, acolheu boa parte dos operários e trabalhadores braçais, nacionais e estrangeiros, que atuaram nos primeiros anos de Belo Horizonte. Também ficou marcada como área comercial e boêmia da cidade, especialmente até os anos 1960. Foi berço de importantes clubes, como Guarani, Fluminense, Pitangui, Lagoinha e o próprio Terrestre. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008b).

³³ Cf. Pitangui cresce e não vai parar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 5 de novembro de 1968.

Nos cinco quilômetros de extensão da Rua Jacuí, a gente tem um retrato integral do que é uma região abandonada numa cidade. Lá há de tudo, até mau cheiro e *campos de futebol*, buracos, casas feias, favelados, trechos de rua sem meio-fio e passeios, trânsito infernal, trombadas, ônibus e caminhões em número impressionante. É incrível concluir que onde há passeios e meios-fios na rua Jacuí todos estão danificados ou são só de terra batida. (grifo nosso)³⁴

A matéria propõe uma delimitação, tendo o Ribeirão Arrudas como fronteira, dos bairros integrantes da zona norte da capital, que se oporiam ao padrão da zona sul. Para tanto, enumerava elementos característicos da paisagem das áreas de urbanização precária, dentre os quais se incluíam os campos de futebol de várzea. Além do contraste apresentado pela reportagem do início da década de 1970, é interessante notar como, ao enumerar os limites do que seria a zona norte de Belo Horizonte, o artigo restringe-se a regiões cuja ocupação se deu ainda na primeira metade do século XX, ignorando uma vasta gama de territórios que já eram povoados naquele momento, mas que sequer eram considerados na enumeração dos bairros da cidade.

Desde as décadas de 1940 e 1950, a expansão de Belo Horizonte deu-se com base na abertura de uma diversidade de loteamentos não aprovados que, frente à demanda por terras numa cidade em franco crescimento, eram comercializados sob o olhar conivente do poder público municipal, incapaz de fiscalizar e oferecer benfeitorias a esses territórios. O desdobramento desse processo fazia com que, no início dos anos 1950, já se pudesse falar em cerca de 150 bairros clandestinos espalhados pelo município³⁵.

Tal situação se agravava a cada ano, sendo que, em meados da mesma década, já se contabilizavam cerca de 250 loteamentos irregulares por toda a capital mineira³⁶. A proliferação dos bairros clandestinos baseava-se em um padrão periférico de crescimento, articulado a partir do trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução³⁷. A compra de terrenos em áreas de baixa urbanização e afastadas do centro permitia às classes trabalhadoras a conquista da casa própria, não sem as vicissitudes de conviver, por longos anos, com deficiências de infraestrutura urbana e de ter que empreender a autoconstrução de sua residência. Num cenário de crescimento demográfico e de valorização das áreas centrais e suburbanas, essa era uma das poucas saídas possíveis aos grupos populares.

³⁴ BH, ZONA NORTE – Aqui, os problemas são muitos (e a maioria não tem solução). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 31 de agosto de 1971.

³⁵ Cf. 150 VILAS NÃO APROVADAS EXIGEM AS OBRAS PÚBLICAS FUNDAMENTAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 25 de janeiro de 1952.

³⁶ Cf. SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO IRREGULAR DE MAIS DE 250 VILAS E BAIRROS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 19 de novembro de 1956.

³⁷ Cf. Bonduki (1998, p. 12).

Apesar de não aprovados, os loteamentos eram comercializados livremente, inclusive com a publicação de anúncios, a exemplo do reproduzido abaixo:



Figura 4 – Anúncio bairro Piratininga, 1955. Fonte: *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 7 de março de 1955.

O anúncio de venda evoca elementos representativos do significado da aquisição de uma casa própria. A colagem com figuras típicas de uma família burguesa, ao estilo estadunidense, remete ao cenário bucólico da casa suburbana, cujo croqui de uma residência ao fundo de um amplo gramado integra a cena principal no lado esquerdo, ao alto. Visão complementada pela figura de uma família passeando em um automóvel na parte de baixo, à direita. A presença do ônibus ao centro, abaixo do nome do bairro, chama a atenção para o fato de o local ser servido de transporte público, o que é reforçado pelo texto que informa sobre a disponibilidade de estações férrea e rodoviária na região. A proximidade de uma área de expansão fabril, com a presença da recém-inaugurada siderúrgica da Mannesmann, pontua a possibilidade de trabalho. O destaque para as melhorias urbanas esclarece sobre a disponibilidade da infraestrutura básica. Por fim, a propaganda grifa que “aqui está o lote que você deseja para construir seu lar, e morar com sua família!”, uma clara referência à autoconstrução. Ao contrário dos reclames dos apartamentos da zona sul com desenhos de fachadas e plantas baixas prefigurando os imóveis a serem entregues, os cenários em que bairros como o Piratininga eram apresentados tinham função meramente ilustrativa de uma expectativa que não se concretizava.

Para se ter uma ideia, apesar de o anúncio ser de 1955, foi apenas no ano de 1980 que o loteamento em questão recebeu aprovação e foi

integrado ao bairro Itaipu, na região do Barreiro³⁸. Até então, seus moradores sofreriam com as dificuldades inerentes a um bairro clandestino. Além da insegurança jurídica em relação ao patrimônio do terreno, os beneficiamentos urbanos eram prejudicados, como pontuou reportagem do Diário da Tarde, de 1952:

(...) É que, em vista de não ser oficializada a vila, a Prefeitura não aprova a plantas para (sic) construções nesses terrenos, negando tudo, também, aos que residem nesses núcleos, em barracões construídos às pressas, sem a necessária autorização oficial.

Não se concede a placa com numeração, também não se liga a água. Por outro lado, como consequência, a Força e Luz não liga a sua rede a barracões sem número. Resulta disso que os habitantes das vilas não aprovadas não podem desfrutar dos indispensáveis melhoramentos para que uma casa seja habitada. No que diz respeito a obras públicas, não se faz rede de esgoto e nem calçamento, pois as ruas não são oficiais.³⁹

O impasse fundiário levava à demora no avanço das melhorias nos bairros⁴⁰. A lógica de ocupação dessas regiões pressupunha seu lento povoamento. À medida que os beneficiamentos chegavam, os demais lotes se valorizavam, favorecendo os especuladores. Assim, por décadas, as áreas mantinham condições precárias.

As dificuldades enfrentadas pelos bairros eram objeto constante da cobertura do Diário da Tarde que, por sua linha editorial, voltada a temas populares, detinha-se, regularmente, em assuntos mais corriqueiros, como os casos policiais, o esporte e, também, o cotidiano da cidade. Ao longo das décadas, foram diversas as séries voltadas para os problemas das regiões de Belo Horizonte, principalmente com a promoção de visitas *in loco* para atestar por meio de textos e fotografias a condição em que cada localidade se encontrava e os seus desafios⁴¹.

Foi com essa proposta que se criou, em 1954, a série “Comandos DT”, em cujo anúncio de lançamento era informado que “focalizará os problemas dos bairros da capital e encaminhará aos poderes públicos as reclamações e sugestões dos moradores”⁴². Entre 1954 e 1958, visitas foram feitas a diferentes partes da cidade, documentando com textos e imagens os problemas apresentados pelos moradores⁴³. A partir de 1955, a série ganhou espaço na programação da Rádio Mineira, pertencente aos

³⁸ Cf. BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal nº 3.710*, de 18 de abril de 1980. Aprova loteamento que passa a complementar o Itaipu e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gmika>

³⁹ DRAMÁTICA SITUAÇÃO EM VILAS INTEIRAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 1º de dezembro de 1952.

⁴⁰ Caso semelhante foi observado pela socióloga Teresa Caldeira no Jardim das Camélias na cidade de São Paulo. Cf. Caldeira (1984, p. 69-72).

⁴¹ O historiador Murilo Leal aponta a existência de séries ou colunas similares na imprensa paulistana. Cf. LEAL, 2011.

⁴² “COMANDOS DT”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 12 de outubro de 1954.

⁴³ Cf. COMANDOS DT – Nas Vilas Salgado Filho e adjacentes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 8 de fevereiro de 1958.

Diários Associados, com a repercussão dos comandos dentro do programa “Praça Sete”, no qual ouvintes enviavam cartas reivindicando melhorias nos bairros⁴⁴.

Por esses anos, não houve enfoque nos loteamentos clandestinos da cidade, pois as visitas se concentravam nos bairros suburbanos tradicionais e nas vilas operárias. Foi na década seguinte, quando essas regiões tornavam-se mais conhecidas, que as reportagens passaram a tê-las como foco. Para tanto, contava-se com o lançamento de uma nova série, assim anunciada em 1967:

O seu Alô! Alô! do DIÁRIO DA TARDE, que há 26 anos publica as reclamações dos leitores contra as falhas da administração pública e suas sugestões para melhorar as condições da Cidade, significando mesmo um Muro de Lamentações em que todos, indistintamente, têm sua vez de apresentar seus problemas e seus apelos, saiu a campo para verificar no local as deficiências e apontá-las às autoridades.⁴⁵

O anúncio acima marcava a criação da série “O seu Alô! Alô! vai aos bairros”, por meio da qual o repórter da coluna “Alô! Alô!” e ex-vereador, João de Paulo Pires, e o fotógrafo, José de Paula Cotta, realizaram incursões por bairros da cidade entre os anos de 1967 e 1969. A exemplo do “Comandos DT” a preferência era pela periferia mais tradicional e consolidada. Contudo, em alguns casos, eram visitados locais que encaravam as dificuldades da falta de aprovação.

Dentre esses, pode-se destacar o caso do bairro Cicobe, assim descrito:

O bairro Cicobe é um loteamento de uma das empresas imobiliárias de Belo Horizonte, que se preocupou só em calçar algumas ruas, para vender os lotes, isto há menos de dez anos. E bancários, comerciantes, militares que ali adquiriram seus lotes, procuram fazer suas casas com capricho. São na quase totalidade casas sólidas, de laje, ocupadas pelos seus próprios donos, mas quase todas sem ter sido ainda concluída (*sic*) os proprietários pretendem obter financiamento mas não o conseguem, por falta de aprovação da planta.

São ao todo 710 lotes que formam o bairro Cicobe vivem dá (*sic*) quase cinco mil pessoas. A empresa não deixou área restinada (*sic*) a Igreja, grupo escolar e praça, advindo daí a dificuldade para obter-se, agora, a aprovação.⁴⁶

Há mais de dez anos na região, os moradores reivindicavam todo tipo de melhoria, como iluminação, água, esgoto, calçamento e grupo escolar, sendo que “a Prefeitura alega que em bairro ou vila não

⁴⁴ Cf. A RADIO MINEIRA INCORPORADA AOS COMANDOS DT. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 24 de setembro de 1955.

⁴⁵ O seu Alô! Alô! vai aos bairros – São Geraldo não tem nada; só boa vontade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 6 de maio de 1967.

⁴⁶ Seu Alô! Alô! vai aos bairros – Cicobe, uma bairro que não existe oficialmente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 1º de fevereiro de 1969.

aprovada nada se pode fazer”⁴⁷. As dificuldades da falta de regularização impactavam nas casas que, mesmo com a longa permanência, seguiam inacabadas, por falta de financiamento. A matéria ainda destacava que “O Cicobe F.C. é um time bem bonzinho, única diversão do bairro. Mas não pode funcionar, porque não tem campo.”⁴⁸

O cenário apresentado para o bairro Cicobe era recorrente para as áreas originadas de loteamentos clandestinos, comercializados sem a devida aprovação, que representavam parcela importante da expansão territorial da cidade na segunda metade do século XX⁴⁹. A extinção da série “O seu Alô! Alô! vai aos bairros” não significou o desaparecimento da cobertura dos problemas locais das diferentes regiões de Belo Horizonte pelo Diário da Tarde. A partir de então, manteve-se uma coluna regular intitulada “Nossos Bairros”⁵⁰ ou simplesmente “Bairros”⁵¹. Durante a década de 1970, cenários parecidos foram apresentados nessas seções.

A regularização dos loteamentos clandestinos conduziu a um longo debate, com propostas de solução desde a década de 1950⁵². O primeiro avanço mais efetivo referente ao tema se deu em 1965, com a sanção da Lei Municipal nº 1.212 que previa “aprovar loteamentos correspondentes a vilas e bairros existentes de fato”⁵³. Apesar da publicação da normativa, seus efeitos levariam anos para acontecer, dada a falta de regulamentação. Passaram-se mais de seis anos até que, por um decreto, fossem estabelecidos os parâmetros para a política de legalização das áreas⁵⁴.

A partir de então, era possível, por meio de decreto, a regularização do loteamento desde que atendidas condições urbanísticas básicas, o que gerou um lento processo de reconhecimento de bairros ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em 1980, por exemplo, o indicado à Prefeitura Maurício Campos (1979-1982) informava que:

(...) aprovou, do início de sua gestão até agora, 46 loteamentos clandestinos na periferia da cidade, passando esses loteamentos a constituírem 29 bairros

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ Alfonso Torres Carrillo aponta caso similar para Bogotá, onde proliferou o que chamou de bairros piratas. Cf. Carrillo (2013).

⁵⁰ Cf. NOSSOS BAIRROS – Lata d’água na cabeça. São as mulheres do Tupi. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 19 de junho de 1976.

⁵¹ Cf. BAIRROS – Acompanhe essa ronda do Diário da Tarde. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 23 de janeiro de 1971.

⁵² Cf. SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO IRREGULAR DE MAIS DE 250 VILAS E BAIRROS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 19 de novembro de 1956.

⁵³ Prefeito sanciona lei que aprova vilas e bairros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 2 de dezembro de 1965.

⁵⁴ Cf. BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal nº 2.157*, de 13 de janeiro de 1972. Regulamenta a lei municipal nº 1.212, de 1º de dezembro de 1965. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gmkbh>

novos, devidamente regularizados, o que possibilita a inscrição do imóvel na Prefeitura e no registro imobiliário para receber os benefícios da Municipalidade, do Estado e do Governo Federal.⁵⁵

O avanço do debate sobre o acesso à cidade, em um contexto de redemocratização, que se desdobrou, por exemplo, em projetos de titulação de propriedades em vilas e favelas como o PROFAVELA, também teria repercussões no reconhecimento dos loteamentos não aprovados. Em 1988, foi a vez da publicação do PROB AIRRO – Programa municipal de regularização e urbanização dos loteamentos existentes de fato (clandestinos)⁵⁶. A iniciativa, que no seu próprio ato de criação legalizou 110 áreas⁵⁷, previa financiamento de melhorias em parceria com a Caixa Econômica Federal⁵⁸. Progressivamente, as regiões ocupadas entre as décadas de 1940 e 1970 integravam-se à cidade oficial.

O campo como índice popular

Mais contrastante do que a zona norte da capital mineira delimitada pelo Diário da Tarde, representada pelos bairros suburbanos e vilas operárias criados na primeira metade do século XX, eram as regiões originadas da ocupação de loteamentos clandestinos entre as décadas de 1940 e 1970. Desassistidos pelos poderes públicos, esses territórios opunham-se em praticamente tudo à zona sul de Belo Horizonte, grande beneficiária das melhorias urbanas.

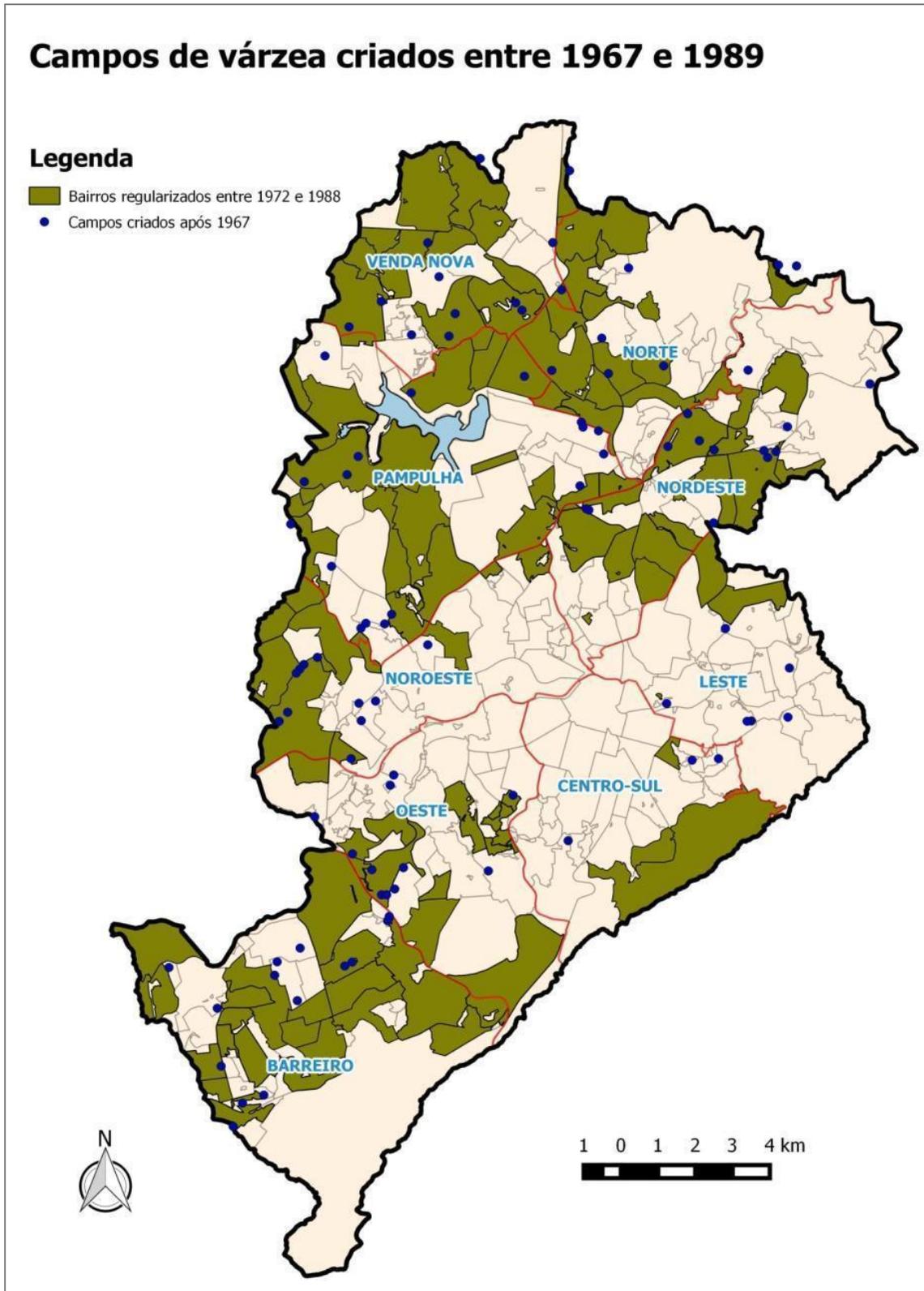
Tais loteamentos originavam-se de operações imobiliárias que vendiam terrenos com um mínimo de beneficiamento em áreas não aprovadas. Foi a essas regiões que boa parte das classes populares recém-chegadas à capital mineira ou que já viviam ali recorreu para garantir a casa própria. Tais localidades, como nos casos citados, não dispunham de melhorias ou de equipamentos de uso coletivo, inclusive espaços de sociabilidade e lazer. Nessa medida, a disponibilidade de lotes vagos, dado o povoamento progressivo, e a demanda por distração geravam oportunidade para consolidação de áreas de uso comum, como eram os campos varzeanos. Tal aproximação fica mais bem representada no mapa abaixo que sobrepõe os loteamentos regularizados entre os anos 1970 e 1980 e os espaços de jogo criados nessa época:

⁵⁵ Fim dos loteamentos clandestinos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 2º caderno, 28 de janeiro de 1980.

⁵⁶ Cf. BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal nº 5.926*, de 3 de maio de 1988. Cria o Programa municipal de regularização e urbanização dos loteamentos existentes de fato (clandestinos) – PROB AIRRO. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jickm>

⁵⁷ Cf. *Idem*.

⁵⁸ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório anual de atividades – Exercício 1988*. Belo Horizonte, 1988, p. 131.



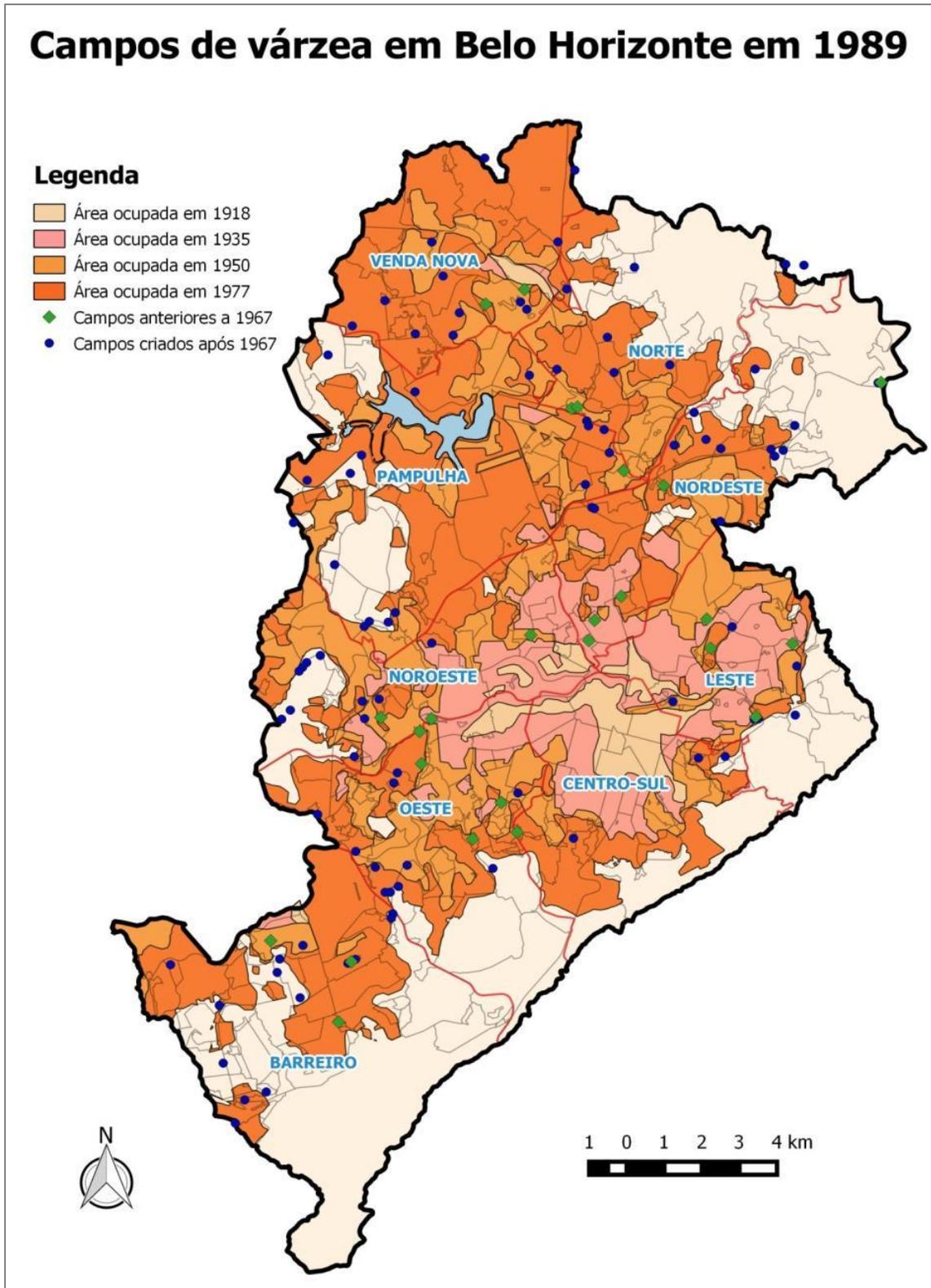
Mapa 2 – Campos de várzea existentes em 1989 e criados após 1967, sobre bairros regularizados entre 1972 e 1988 e mapa atual do município. Fonte: Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1967, 1981 e 1989. Elaboração do autor.

O mapa acima representa a expansão da rede de campos de várzea na cidade entre 1967 e 1989, com base nos levantamentos aerofogramétricos desses anos, somados ao de 1981. Não estão indicados os espaços de jogo já existentes na década de 1960, apenas aqueles criados posteriormente, os quais totalizavam 95 novas canchas que superavam o desaparecimento dos 70 campos identificados naquele mesmo período. Para a identificação dos loteamentos regularizados, foram levantadas as áreas oficializadas por decretos municipais editados entre 1972 e 1988, até a criação do PROBAIRRO. Sua projeção considera a atual divisão de bairros, o que leva a uma pequena distorção, irrelevante para a análise global.

Ao se observar o mapa, é fácil perceber a correspondência entre a expansão da rede de campos varzeanos e um tipo específico de ocupação urbana baseado nos bairros clandestinos, originários de loteamentos não aprovados. A exceção evidenciada na região leste da cidade reforça a tendência, uma vez que, ali, os espaços de jogos estão situados em áreas de favela, as quais foram fruto de um processo correspondente de povoamento, mas alvo de um mecanismo diverso de reconhecimento, com a titulação das propriedades. É notório o vazio identificado na porção central de Belo Horizonte e em suas adjacências, espaço que, como tratado na primeira seção, possuía padrão de organização que não mais conciliava a presença dos vastos campos de terra demandados pelos clubes varzeanos. Vale, por fim, pontuar que a área regularizada no limite da região centro-sul diferenciava-se das demais, pois se tratava da ocupação irregular da Serra do Curral para construção de bairros para as classes altas, a exemplo do Mangabeiras. Logo, um modelo de urbanização que não comportava equipamentos de perfil popular.

A expansão territorial de Belo Horizonte por meio dos loteamentos clandestinos gerou uma nova periferia (veja o mapa 1), que sobrepujou aquela constituída na primeira metade do século XX, representada pelos bairros suburbanos e pelas vilas operárias. Nessa região de ocupação mais antiga, as oportunidades de criação de campos eram muito raras, possibilitando-se apenas a preservação de uma rede construída até a década de 1960. Seriam as recentes franjas urbanas aquelas capazes de incorporar os novos espaços de jogo. Nessa medida, configurava-se um mosaico daqueles equipamentos esportivos populares pela cidade que representava verdadeiro testemunho dos diferentes processos de transformação do tecido urbano da capital mineira.

Seja por seu surgimento ou pela sua manutenção, essa rede de campos de várzea atuava como uma espécie de índice do popular, delimitando bairros e regiões da capital mineira em que sobreviviam ou proliferavam formas de experimentação da cidade calcadas em valores e modos de organização espacial próprios das classes trabalhadoras locais. A sobreposição das manchas de ocupação do município e das áreas de jogo existentes em 1989 permite observar a consonância entre a dinâmica histórica e geográfica e a instalação dos campos.



**Mapa 3 – Campos de várzea existentes em 1989, sobre mapa atual do município.
 Fonte: PLAMBEL e levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953, 1967, 1981 e 1989. Elaboração do autor.**

Ao comparar a rede de campos de várzea existente em 1989 e as diferentes ondas de ocupação do território do município, percebe-se a tendência, já observável nos anos 1950, de construção de áreas de jogo nas zonas limítrofes do avanço do povoamento da cidade. A sobreposição de diferentes temporalidades da constituição dos espaços esportivos populares permite observar um movimento de criação desses equipamentos, *pari passu* à expansão urbana e à sobrevivência, em número menor, de algumas canchas, frente ao desaparecimento de outras tantas. Assim, no processo de avanço territorial de Belo Horizonte e de formação e extinção de campos de várzea, identifica-se a manutenção de uma rede mais ou menos estável em número, cada vez mais periférica.

Em escala menor, considerando uma região específica na cidade de São Paulo, o Jaraguá, na porção norte da capital paulista, o geógrafo Alberto Santos aponta para uma dinâmica de apropriação contemporânea de áreas para a instalação de campos que segue tendência parecida, ainda que em outro recorte territorial e temporal. Ele percebe como entre a instalação, a utilização e a efetiva consolidação do equipamento urbano, apenas alguns espaços de jogo permanecem, enquanto a maioria sucumbe à prevalência do valor de troca da terra sobre seu valor de uso⁵⁹.

A dinâmica apontada pelo geógrafo permite observar a constante tensão entre a *apropriação* do espaço, representada por uma prática como o futebol varzeano, pautada no uso da terra, e a sua *dominação* manifestada pela prevalência do valor de troca do imóvel, no interesse da comercialização. Tal contradição corrobora a visão da também geógrafa, Odette Seabra, em sua percepção da sobreposição do negócio sobre a festa na emergência da metrópole⁶⁰.

Na experiência social do futebol de várzea em Belo Horizonte, essa contraposição era embaralhada na curiosa relação estabelecida entre as equipes varzeanas e as empresas imobiliárias locais, com destaque para a FAIAL, de propriedade do banqueiro e especulador imobiliário Antônio Luciano. Era recorrente que terrenos fossem disponibilizados para a instalação de campos como estratégia para prevenção de invasões, tornando-se um mecanismo de preservação dos lotes que aguardavam oportunidade futura de venda. Desse modo, valores de uso e de troca se confundiam, até que chegasse o momento em que o negócio prevalecia sobre a festa.

Essa inusitada, apesar de muito comum, relação ganharia um novo contorno com o avanço dos debates sobre a regularização de loteamentos nas cidades brasileiras. Como no caso tratado acima, do bairro Cicobe, havia preocupação da Prefeitura com a reserva de espaços para a instalação de benfeitorias urbanas, a exemplo de praças, postos de saúde e escolas. O avanço da urbanização, que se desdobrava no surgimento de problemas como a poluição e a falta de locais para o lazer,

⁵⁹ Cf. Santos (2021, p. 54-113).

⁶⁰ Cf. Seabra (2011, p. 55).

era alvo de críticas de urbanistas desde o final da década de 1960⁶¹. Nessa medida, foram encaminhados projetos de lei para a destinação de percentuais das áreas aprovadas para criação de parques e de lugares voltados à recreação, já em 1970⁶².

Havia grande preocupação com a regulação do uso e parcelamento do solo da cidade, inclusive com a aprovação da primeira versão da lei que tratava do tema em Belo Horizonte em 1976⁶³. Tal discussão não se restringia ao âmbito municipal, uma vez que situação semelhante era observada nos principais centros urbanos do país. Nessa perspectiva, um novo avanço na legislação do tema se deu com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano⁶⁴. Dentre os mecanismos previstos nessa normativa, está aquele assim descrito em seu artigo 4º:

Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; (...)

§ 1º A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

§ 2º Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.⁶⁵

A delimitação de uma reserva para implantação, dentre outros, de equipamento de uso comunitário, o que ficou consagrado como “área institucional”, consolidou o debate que, ao menos em Belo Horizonte, já vinha recebendo atenção legislativa desde o final dos anos 1960. A obrigação da previsão de espaços voltados a atividades de “educação, cultura, saúde, lazer e similares” coincidia com o período de aceleração da regularização dos loteamentos clandestinos.

Nessa medida, uma nova janela de oportunidade se abria para diversos campos que se instalaram nessas regiões em acordos com as imobiliárias, proprietárias das terras. Foi esse o caso do Reunidos

⁶¹ Cf. Falta casa nesta área. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 20 de maio de 1968.

⁶² Cf. A prefeitura quer um oásis em cada bairro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 9 de junho de 1970.

⁶³ Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 2.662*, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aimck>

⁶⁴ Cf. BRASIL. *Lei Federal nº 6.766*, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁶⁵ *Idem*.

Esporte Clube, equipe da Vila Oeste⁶⁶ que, depois de perder seu espaço de jogo, conseguiu um terreno no Alto dos Pinheiros⁶⁷, graças à negociação com a FAIAL. A presença no território, onde a construtora edificara um vestiário em benefício do clube, permitiu que, anos depois, quando da regularização do loteamento, a agremiação tivesse o local que ocupava convertido em área institucional. Como demonstra a planta de aprovação reproduzida abaixo:

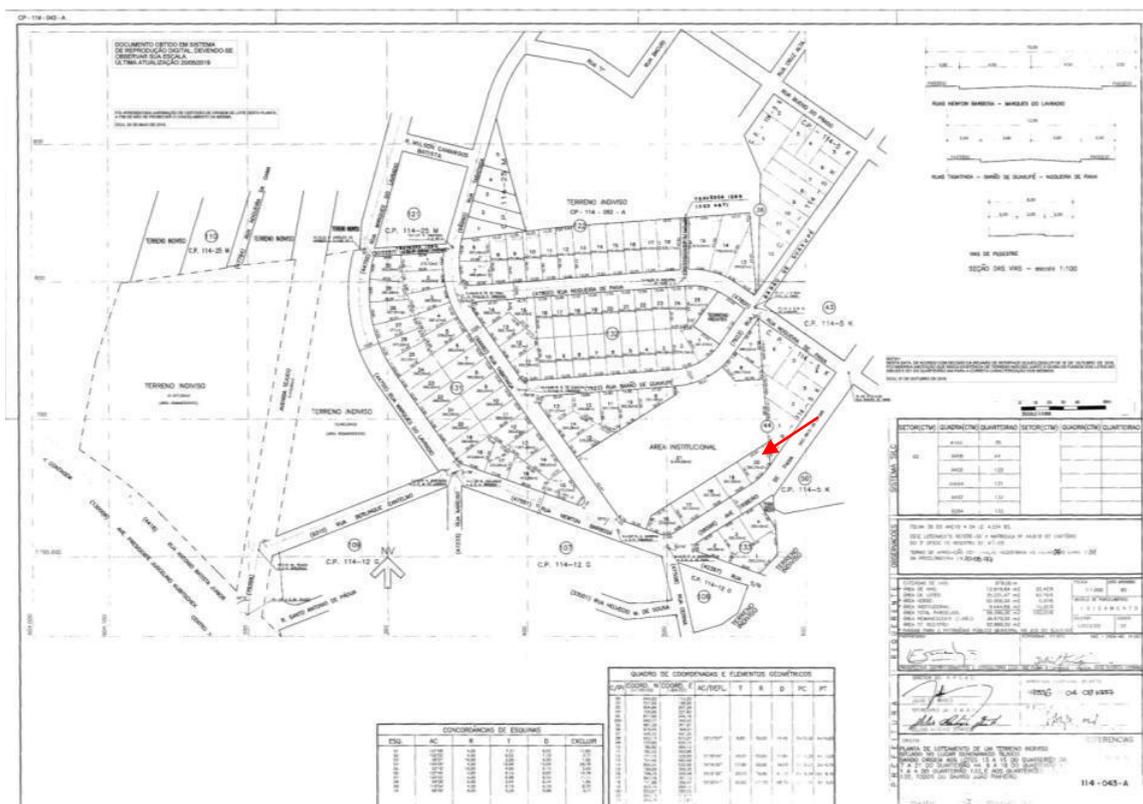


Figura 5 – Planta de aprovação de loteamento no Alto dos Pinheiros, 1997. Planta CP-114-043-A. Disponível em: <https://siurbe.pbh.gov.br>. Acesso em 13 de junho de 2023.

Como evidencia a planta, a área correspondente ao campo do *Reunidos* está registrada como “área institucional”, seguindo a previsão legal do parcelamento do solo. Sobre isso, o ex-presidente da agremiação, Jair Colen Filho, o “Lu”, recorda-se que:

E, com a morte do Luciano, essa herdeira dele é que veio, essa área era... a dimensão dela era enorme, vinte e tantos mil metros quadrados, ela loteou tudo e, por força de lei, teve de separar a

⁶⁶ A Vila Oeste teve ocupação urbana a partir da década de 1930, por grupos trabalhadores variados. Apesar disso, por longos anos, manteve-se pouco articulada à porção central da cidade, já que não havia transporte direto até ali, conectava-se por meio do acesso à estação de trem da Gameleira. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008b).

⁶⁷ O bairro Alto dos Pinheiros, vizinho à Vila Oeste, desenvolveu-se em terrenos registrados em nome da FAIAL. Sua ocupação foi impulsionada pela criação do Anel Rodoviário e da Via Expressa. Abrigou inicialmente favelas, depois removidas para a venda de lotes regularizados a partir dos anos 1970. Cf. Arreguy; Ribeiro (2008b); Oliveira (2014).

área institucional, tantos por cento da área, e acharam por bem, como o Reunidos já estava aqui deixar essa área institucional para o Reunidos, mas só foi regularizado quase que dez anos depois, que o Reunidos permaneceu nessa área até que a Prefeitura veio e fez o contrato. Aí correu solto, não é? Ninguém tomou conta, ninguém invadiu.⁶⁸

Como relatado pelo antigo atleta e dirigente, graças à presença no espaço desde a década de 1970, quando da repartição do terreno, já nos anos 1990, a porção ocupada pelo Reunidos foi convertida na chamada área institucional, sendo repassada para a Prefeitura, com a continuidade do uso pela agremiação. Em outros casos, durante o loteamento de áreas pertencentes à FAIAL, negociações foram feitas para que as parcelas reservadas a equipamentos comunitários fossem cedidas a clubes varzeanos que perdiam seus campos, como foram os casos do São José Operário⁶⁹ e do Santa Cruz⁷⁰, nos anos 1980. Graças ao mecanismo, tais equipes puderam manter-se em atividade, em lugares que ocupam até hoje.

Conclusão

Há muito, desde ao menos os meados do século XX, vem se decantando a “morte da várzea”, cujo principal sintoma seria o desaparecimento de seus espaços de jogo. Tal afirmativa, contudo, não se sustenta quando são analisados os processos de extinção e criação de campos ocupados por clubes amadoristas. Como o presente artigo buscou demonstrar, o futebol popular está envolvido em um complexo fenômeno de produção do espaço urbano que dialoga em diferentes escalas com as dinâmicas econômicas, sociais e políticas vivenciadas nas cidades.

Tal percepção não implica numa negação dos problemas enfrentados para a manutenção da prática ou na percepção do desaparecimento dos campos como algo desejável ou natural. Como o texto buscou evidenciar, a dinâmica espacial da várzea articula-se com contradições que atravessam a constituição histórica das cidades, a exemplo das oposições e superposições entre valor de uso e valor de troca da terra. Nesse contexto, clubes formados por sujeitos ocupantes de posições sociais subalternas enfrentam grandes dificuldades de se opor a interesses representados por camadas dominantes econômica e politicamente.

Não por acaso, em momentos de valorização fundiária e especulação imobiliária, a permanência dos campos de jogo tornou-se difícil. Nessa perspectiva, uma prática que pressupunha a ocupação

⁶⁸ COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: autor. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

⁶⁹ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: autor. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

⁷⁰ SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: autor. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

extensiva da terra, acabava por ceder espaço a outras experimentações esportivas, a exemplo do futebol de salão, que implica numa outra economia dos espaços.

Na mesma medida, pode-se traçar uma associação entre a oposição entre a cidade formal e a cidade informal de um lado e entre o futebol espetáculo e o futebol de várzea de outro. Como um processo como o desenvolvimento da informalidade urbana associada à constituição de uma normatização do espaço municipal⁷¹ guarda semelhanças com a delimitação de um *circuito* do futebol espetáculo que impulsionou a constituição de um *circuito* diverso, não hegemônico e popular⁷². Com isso, quer se dizer que a exemplo de um esforço da formalização da cidade que, aos poucos, vai caracterizando formas tradicionais, já estabelecidas de produção do espaço como informais, a percepção de uma forma popular de vivenciar o jogo de bola, a qual surge com a própria difusão do jogo, ainda no início do século XX, ganha um *circuito* próprio a partir da regulamentação da prática espetacularizada e passa a ter uma identidade própria, varzeana.

Assim, que não é de se estranhar que, justamente nos bairros não regularizados, a prática não hegemônica produzirá seus novos campos ante uma dinâmica metropolitana que aprofundou a segregação espacial na capital mineira. Da mesma forma, são os esforços de normatização da ocupação e do uso do solo que criarão alternativas para sua permanência, demonstrando que a imprevisibilidade é parte do jogo. Esporte e cidade mais uma vez se atravessam, a compreensão do fenômeno futebolístico demanda a percepção da paisagem urbana, em processos que se influenciam mutuamente e que precisam ser examinados em sua intersecção.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008a.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Noroeste*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008b.

⁷¹ Cf. Fischer (2023).

⁷² Cf. Myskiw (2012); Damo (2018).

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 e Edusp, 2000.

CARRILLO, Alfonso Torres. *La ciudad en la sombra: bairros y luchas populares em Bogotá 1950-1977*. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

DAMO, Arlei Sander. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 37-66, set.-dez. 2018.

DUARTE, Regina Horta. “*Eu quero uma casa no campo*”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. *Topoi* (Rio Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.

FISCHER, Brodwyn. Historicizando a governança informal. *Acervo*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 1-24, 2023.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

MYSKIW, Mauro. *Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “*Trabalhadores favelados*”: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. 331 f. Tese (Doutorado em História) -- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Josemeire Alves. *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte: século XIX e XX*. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Oeste*. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

SANTOS, Alberto Luiz dos. *O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP): as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea*. 2021. 322 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. De cidade à metrópole. *Revista Geografares*, Vitória, n. 9, p. 49-79, jul-dez 2011.

SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte*. 2018. 241 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Recebido em 30 de junho de 2023

Aprovado em 8 de agosto de 2023